

## PARECER Nº 108/2019

Eu, Aidan da Silva Santos, responsável pelo Controle Interno do Município de Rondon do Pará-PA, nomeado através do Decreto nº 0181/2017 de 24 de fevereiro de 2017, declara que em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.535/TCM, de 01 de Julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do PROCESSO **ADMINISTRATIVO Nº 0140/2018-SEMAD-PMRP**, referente ao Procedimento Licitatório na CONVITE, tipo menor preço, nº 1/2018-002-FME, que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REPAROS NA E.M.E.I. ARCO ÍRIS, LOCALIZADA NO BAIRRO GUSMÃO NA CIDADE DE RONDON DO PARÁ, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº1546/2011 E PROCESSO Nº 23400.001242/2011-74-FNDE, no valor global de R\$ 59.102,52 (cinquenta e nove mil, cento e dois reais e cinquenta e dois centavos), PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2018047501, originário do Procedimento Licitatório já identificado, que tem por objeto: O PRESENTE TERMO ADITIVO OBJETIVA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ATÉ 29 DE MARÇO DE 2019, NOS TERMO DO ART. 57, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, celebrado pelo FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CONTRATANTE), com a CONSTRUTORA ROCHA LTDA EPP, CNPJ 04.514.607/0001-40 (CONTRATADA), com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93, e demais instrumentos legais correlatos que o Contrato encontram-se:

RESSALVA: O presente processo foi encaminhado para parecer desta Controladoria Intempestivamente no dia 27/02/2019, bem como o seu lançamento no Portal do Jurisdicionado em desconformidade a Resolução nº 11.535/2014-TCM-PA, foi solicitada a devida adequação aos trâmites processuais em tempo hábil, ressaltando a importância do funcionamento conjunto e coordenado dos setores com o Controle Interno, visando assegurar a salvaguarda dos recursos públicos com a devida eficiência e eficácia



Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório e o Contrato, supramencionados encontram-se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Rondon do Pará, 27 de fevereiro de 2019.